



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 042/2018

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando a representação encaminhada por vereador do município de Cascalho Rico, em 30/10/2017, à Promotoria de Justiça de Estrela do Sul, apontando a existência de indícios de irregularidades em procedimentos licitatórios realizados naquele município;

Considerando o encaminhamento, pela respectiva Promotoria de Justiça, da representação a este Ministério Público de Contas, solicitando apoio e atuação conjunta, e a consequente atuação do Pedido de Cooperação n. 069/2018;

Considerando a identificação por este Ministério Público de Contas, após análise preliminar da documentação recebida, de indícios de restrição à competitividade nos processos licitatórios a seguir mencionados, realizados pelo município para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo médico-hospitalares, nos exercícios de 2013 a 2017:

- Processo Licitatório n. 018/2013 – Pregão Presencial n. 009/2013;
- Processo Licitatório n. 024/2013 – Pregão Presencial n. 015/2013;
- Processo Licitatório n. 029/2013 – Pregão Presencial n. 020/2013;
- Processo Licitatório n. 024/2014 – Pregão Presencial n. 016/2014;
- Processo Licitatório n. 032/2014 – Pregão Presencial n. 021/2014;
- Processo Licitatório n. 041/2014 – Pregão Presencial n. 030/2014;
- Processo Licitatório n. 019/2015 – Pregão Presencial n. 012/2015;
- Processo Licitatório n. 021/2015 – Pregão Presencial n. 014/2015;
- Processo Licitatório n. 027/2016 – Pregão Presencial n. 015/2016;
- Processo Licitatório n. 023/2017 – Pregão Presencial n. 016/2017.

Considerando os indícios de direcionamentos das licitações às empresas LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CIRÚRGICA PINHEIRO LTDA. e DROGARIA R. L. LTDA.;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, II, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades verificados e identificar os possíveis responsáveis pelos fatos ora narrados, determinando, desde já, a adoção das seguintes providência:

- 1) Expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Cascalho Rico requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias, o encaminhamento dos seguintes documentos:
 - 1.1) Cópia completa do Processo Licitatório n. 027/2017 – Pregão Presencial n. 018/2017, em suas fases interna e externa, incluindo-se toda a documentação relativa aos pagamentos realizados às empresas contratadas (notas de empenho, notas de liquidação, notas fiscais e ordens de pagamentos);
 - 1.2) Cópia do processo licitatório e/ou da dispensa de licitação que tenha resultado na contratação da empresa DROGARIA R. L. LTDA. – SÃO LUCAS, para o fornecimento de medicamentos e fraldas geriátricas, no exercício de 2013;
 - 1.3) Cópia dos eventuais procedimentos licitatórios que tenham sido realizados para a aquisição de fraldas geriátricas, cujos resultados tenham culminado na contratação da empresa DROGARIA R. L. LTDA. – SÃO LUCAS, nos exercícios de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018;
 - 1.4) Cópia de todos os empenhos, notas de liquidação, notas fiscais e ordens de pagamentos relativos aos pagamentos realizados à empresa DROGARIA R. L. LTDA. – SÃO LUCAS para a aquisição de fraldas geriátricas, nos exercícios de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

- 2) Solicitação ao Tribunal de Contas de Minas Gerais para que, por meio do Centro de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO, adote as medidas necessárias à realização de relatório circunstanciado que:
- 2.1) Verifique a existência de indícios de dano ao erário nos preços praticados nos procedimentos licitatórios realizados no município de Cascalho Rico e analisados nos autos do Pedido de Cooperação n. 069/2018, conforme relação já mencionada nesta Portaria;
- 2.2) Identifique todos os pagamentos realizados pelo município de Cascalho Rico à empresa DROGARIA R. L. LTDA. – SÃO LUCAS, CNPJ 08.655.344/0001-40, que tenha por objeto o fornecimento de fraldas geriátricas, nos exercícios de 2014 a 2018.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2018.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais